



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2021

Ata da 2ª Reunião de Análise da Estratégia de 2021 do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, realizada no dia 29 de setembro de 2021, às 10 horas, de forma virtual, sob a organização da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

PARTICIPANTES

- MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO
Desembargadora Presidente do TRT6
- RUY SALATHIEL DE ALBUQUERQUE E MELLO VENTURA
Desembargador Corregedor do TRT6
- EDUARDO HENRIQUE BRENNAND DORNELAS CÂMARA
Juiz Auxiliar da Corregedoria do TRT6
- JULIANA LYRA BARBOSA
Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejusc) do Recife
- KÁTIA KEITIANE DA ROCHA PORTER
Juíza Representante do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária do 1º Grau de Jurisdição e do Orçamento do 1º Grau
- ADRIANA SATOU LESSA FERREIRA PINHEIRO
Juíza Representante do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária do 1º Grau de Jurisdição e do Orçamento do 1º Grau
- PATRÍCIA FRANCO TRAJANO
Juíza Representante do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária do 1º Grau de Jurisdição e do Orçamento do 1º Grau
- LAURA CAVALCANTI DE MORAIS BOTELHO
Juíza Presidente da AMATRA 6ª Região
- LUCIANO JOSÉ FALCÃO LACERDA
Secretário-Geral da Presidência
- ÉRIKA ANTUNES DE ARAÚJO GUSMÃO
Diretora-Geral
- ALESSANDRO ALCIDES DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação
- ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
- HENRIQUE JOSÉ LINS DA COSTA
Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
- SÉRGIO RICARDO BATISTA MELLO
Diretor da Secretaria Administrativa
- ESDRAS CARNEIRO FERREIRA
Diretor da Secretaria Auditoria em exercício
- VERÔNICA TAVARES CAVALCANTI
Secretária-Executiva da Escola Judicial
- FABIOLA ARAÚJO DA SOLEDADE LINS
Chefe da Seção Administrativo-Financeira da Escola Judicial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE

- **PATRILENE HERMENEGILDO VIRGINIO DO NASCIMENTO**
Diretora da 1ª VT do Recife e Membro do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária do 1º Grau de Jurisdição e do Orçamento do 1º Grau
- **BEATRIZ REGINA LACERDA DE OLIVEIRA SANTANA**
Diretora da 4ª VT do Recife e Membro do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária do 1º Grau de Jurisdição e do Orçamento do 1º Grau
- **MARIA DA CONCEIÇÃO MENEZES GOMES**
Diretora da 1ª VT de Barreiros e Membro do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária do 1º Grau de Jurisdição e do Orçamento do 1º Grau
- **RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO**
Coordenador de Segurança Institucional
- **GUTEMBERG SOARES**
Assistente do Núcleo de Comunicação Social
- **ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES**
Coordenadora de Gestão Estratégica
- **LUIZ EDUARDO MOURA DE OLIVEIRA**
Chefe de Divisão de Núcleo de Estatística e Pesquisa
- **MARIA TEREZINHA PIMENTEL DE SOUZA**
Divisão de Estatística e Pesquisa
- **PAULO HENRIQUE REGIS DE CARVALHO BARBOSA**
Assistente da Coordenadoria de Gestão Estratégica
- **MANCINELLI FAUSTINO VILA NOVA**
Chefe de Seção de Projetos Estratégicos
- **ALEXSANDRA MONTEIRO DA SILVA**
Chefe de Seção de Processos de Trabalho
- **ROSEANE BATISTA LEITE**
Assistente da Seção de Processos de Trabalho
- **ADRIANA FREIRE DE SOUZA**
Chefe de Setor de Gestão Socioambiental

PAUTA DA REUNIÃO

1. Apresentação
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino - Desembargadora Presidente do TRT6
2. Plano Estratégico do TRT6 (Ciclo 2021-2026)
Elisabete Duarte de Sousa Alves – Coordenadora de Gestão Estratégica
Luiz Eduardo Moura de Oliveira – Chefe da Divisão de Estatística e Pesquisa
3. Plano de Logística Sustentável (PLS)
Eduardo Henrique Brennand Dornelas Câmara – Juiz Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
Adriana Freire de Souza – Chefe do Setor de Gestão Socioambiental
4. Levantamento Iniciativas Estratégicas
Elisabete Duarte de Sousa Alves – Coordenadora de Gestão Estratégica
5. Encerramento
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino - Desembargadora Presidente do TRT6



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

APRESENTAÇÃO

1. Apresentação

Iniciando a Reunião de Análise da Estratégia, a Desembargadora Maria Clara Saboya agradeceu a participação de todos e ressaltou a importância da reunião e o acompanhamento dos resultados do tribunal. Ressaltou ainda que o empenho e dedicação dos magistrados e servidores proporciona a elevação do nível de atuação do Tribunal.

Dando continuidade, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, informou que a reunião tem como objetivo realizar o acompanhamento e avaliação dos resultados das metas e objetivos fixados no Plano Estratégico do TRT6 (2021-2026).

Em seguida, destacou que na reunião serão apresentados os resultados do Plano Estratégico do TRT6 para o ciclo 2021-2026 e do Plano de Logística Sustentável 2019-2021.

Os resultados do Plano Estratégico Institucional serão apresentados com os dados referentes ao período de janeiro a agosto de 2021, pelo chefe da Divisão de Estatística e Pesquisa, Luiz Eduardo Moura de Oliveira. A apresentação dos resultados do Plano de Logística Sustentável será conduzida pelo juiz Eduardo Câmara, presidente da Comissão do PLS, e pela chefe do Setor de Gestão Socioambiental, servidora Adriana Freire.

2. Plano Estratégico do TRT6 (ciclo 2021-2026)

Dando continuidade, o Chefe da Divisão de Estatística e Pesquisa, Luiz Eduardo Moura de Oliveira, apresentou o desempenho do TRT6 referente aos Objetivos Estratégicos do novo Plano, impactados pelos indicadores, até o mês de agosto de 2021.

Iniciando a apresentação, informou que o novo painel de acompanhamento da Gestão Estratégica para o ciclo 2021-2026 já está disponível para consulta através do Observatório do TRT6, disponível no Portal do Tribunal.

Começando pela perspectiva Sociedade, pontuou que a Meta 09 impacta no objetivo "Promover o trabalho decente e a sustentabilidade". O desempenho dessa Meta é apurado por meio do indicador "Integrar a Agenda 2030 da ONU ao Poder Judiciário (IIA2030)". O resultado executado, até o momento, concede ao TRT6 o desempenho de 69,88% de cumprimento da referida Meta. Considerando o percentual de 25% para a elaboração do plano de ação e 25% para o envio do referido plano ao CNJ. Esclareceu, ainda, que o índice de 19,88% considera o percentual de execução do plano de ação pelo TRT6, até agosto de 2021.

Em seguida, passou a analisar a perspectiva "Processos Internos", informando que o objetivo "Garantir a duração razoável do processo" é impactado pelos resultados das Metas



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

01, 02 e 05, enquanto a Meta 03 impacta no objetivo “Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas”.

A Meta 01, que estabelece “Julgar mais processos que os distribuídos”, é aferida por meio do indicador – Índice de Processos Julgados (IPJ), atualmente apresenta o desempenho de 99,05% com foco de cumprimento de 100%. Pontuou, ainda, que de acordo com a tendência do gráfico, o cumprimento da respectiva meta poderá ser alcançado já no próximo mês.

Já a Meta 02, calculada pelo Índice de Processo Antigos (IPA), encontra-se na faixa do farol laranja, apresentando o percentual de cumprimento de 89,41%, até o mês de agosto. Esta meta visa solucionar os processos mais antigos, identificando e julgando, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019. Embora esteja longe do cumprimento total, o Chefe da Divisão de Estatística vislumbrou a melhora do desempenho, com a expectativa de alcance do farol amarelo no último trimestre do ano.

Em seguida, informou que a Meta 05 “Reduzir a taxa de congestionamento em 2 pontos percentuais em relação ao ano de 2019” é aferida pelo indicador – Taxa de Congestionamento Líquida (TCL). Para essa meta, foram estabelecidas as cláusulas de barreira de 40% e 65% para o resultado na fase de conhecimento e execução, respectivamente. Até o momento, o percentual de cumprimento da referida meta encontra-se em 79,52%. Luiz Eduardo registrou que a carga de trabalho a ser baixada refere-se aos últimos 12 meses, e que, apenas no final do exercício é que haverá a possibilidade de observação mensal do cumprimento da meta. Embora o cumprimento desta meta tenha se estabelecido na faixa do farol vermelho em todo o período analisado, a expectativa é de que, pelo menos, o desempenho possa melhorar e alcançar a faixa de farol laranja até o final deste exercício.

Encerrando a apresentação dos resultados das metas que impactam nos objetivos da perspectiva “processos internos” informou que a Meta 03, calculada pelo indicador Índice de Conciliação (IC), impacta diretamente no objetivo “Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas” e está sendo cumprida desde o primeiro mês deste exercício, inclusive, ultrapassando o percentual esperado, contabilizando, até o mês de agosto, 131,32% de cumprimento, passando a figurar no farol verde da pontuação (Meta cumprida). Esclareceu, ainda, que o TRT6 está cumprindo a Meta 3 tanto pelo percentual de cumprimento, quanto pelo resultado do Índice de Conciliação (IC) que está acima da cláusula de barreira que é de 40%.

Em relação à perspectiva “Aprendizagem e Conhecimento”, informou que a Meta 10 impacta no objetivo “Incrementar modelo de Gestão de Pessoas”, sendo calculada pelo indicador IPSMS, tendo sido alcançado o percentual de 100%. Isto foi possível, tendo em



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

vista que o nosso Regional já havia realizado as ações previstas no parâmetro P10.7 que visa reduzir a incidência de casos de uma das 5 (cinco) doenças que mais acometeram magistrados e servidores no ano anterior (2020). Adicionado a isso, recentemente o CNJ alterou o glossário para excluir a obrigatoriedade de realização de exames periódicos em magistrados e servidores, em razão das restrições decorrentes da pandemia. Assim, foi possível o cumprimento integral desta meta no exercício de 2021.

Em seguida, apresentou a Meta 11 cujo indicador IPJE afere o percentual de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total em tramitação no TRT6. Esta Meta já se encontra cumprida em 100%, tendo sido, inclusive, o TRT6 condecorado com o “Selo 100% PJe” em dezembro de 2019, premiação estabelecida pelo CSJT para aqueles regionais em que não há mais processos tramitando em meio físico. Lembrou, ainda, que as ações promovidas pela Administração do TRT6 em 2019, após as deliberações e sugestões estabelecidas pelo Comitê Regional do e-Gestão, no que diz respeito à conversão dos processos físicos (legado) para o meio eletrônico (PJe), foram fundamentais para o alcance atual desta Meta.

Por fim, apresentou o resumo dos indicadores informando que os resultados estão disponíveis para consulta no Observatório do TRT6, no painel “Planejamento Estratégico do TRT6”. Luiz Eduardo agradeceu a atenção dispensada por todos e passou a palavra à Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte.

3. Plano de Logística Sustentável (PLS)

A Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, destacou que o Plano de Logística Sustentável (PLS) integra o desdobramento da estratégia do TRT6, no nível de plano tático, alinhado ao Plano Estratégico Institucional e a Estratégia Nacional.

Ressaltou que o PLS é uma ferramenta de planejamento que visa estabelecer processos estruturados, com definição de responsabilidades e promoção de ações, metas, indicadores, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de práticas de sustentabilidade e racionalização dos bens e recursos na Administração Pública.

No TRT6, o PLS-TRT6 2019-2021 foi instituído por meio do ATO TRT6 GP nº 373/2019.

Em junho deste ano, o CNJ instituiu a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e estabeleceu diretrizes para os planos de logística sustentável nos órgãos do judiciário.

Destacou que o PLS aborda 15 temas relacionados à: Papel A4, Copos Descartáveis, Água Envasada em Embalagem Plástica, Impressão e Equipamentos, Telefonia, Serviços



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Postais, Energia Elétrica, Água e Esgoto, Gestão de Resíduos, Layout, Reformas e Construções, Limpeza, Vigilância, Veículos e Combustíveis, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Capacitação em Educação Socioambiental.

Elisabete Duarte informou que os principais aspectos do PLS serão apresentados pelo Juiz Eduardo Câmara, presidente da Comissão Gestora do PLS. Em seguida, a servidora Adriana Freire, chefe do Setor de Gestão Socioambiental apresentará os resultados de alguns dos principais indicadores do PLS.

O Juiz Eduardo Câmara fez uma breve explanação sobre as alterações e ajustes necessários ao atendimento à Resolução CNJ nº 400/2021, de 16 de junho de 2021, que instituiu a Política de Sustentabilidade, estabelecendo a estrutura e competência da unidade socioambiental e da Comissão Gestora do PLS; bem como revogando a Resolução CNJ nº 201/2021, norma sob a qual se baseia o atual o PLS-TRT6. Ressaltou que o Plano de Logística Sustentável é multidisciplinar, e que a Sustentabilidade perpassa por todas as unidades do Tribunal.

Em seguida, Adriana Freire, chefe do Setor de Gestão Socioambiental, expressou o agradecimento à participação do Dr. Eduardo Câmara na Comissão Gestora do PLS, bem como seu envolvimento e contribuição à temática Sustentabilidade/Responsabilidade Socioambiental. Ressaltou que abordaria os resultados das Metas do PLS para 2021 e os resultados em relação ao ano anterior, ou seja, 2020, considerando o mesmo período (meses janeiro a junho). Passou, então, a apresentar os resultados dos principais indicadores dos PLS no primeiro semestre/2021. Explicou ainda que, a fim de ser ter um dado mais representativo e significativo para a análise comparativa, foi necessário estabelecer alguns critérios e ponderações para o cômputo de certos indicadores/temas, com resultados em função da média devido a variações de área e quantidade de unidades usuárias, etc.

Iniciando pelo tema ENERGIA ELÉTRICA, informou que a Meta - Em 2021, manter o consumo (kWh/m²) de 2017 – foi cumprida, apresentando uma redução de 28% em relação a 2017; já com relação a 2020, houve uma redução de 8% no consumo (média de 0,48 kWh/m²); e uma redução de 5% no valor gasto (media de R\$ 0,20/m²). O tema ÁGUA E ESGOTO cuja Meta - Em 2021, redução de 5% do consumo (m³/m²) em relação a 2017 –, apresentou uma redução de 50% em relação a 2017, cumprindo a Meta; em relação a 2020 houve redução de 40% (média de 0,014m³/m²) e de 36% do valor gasto (média de R\$ 0,15/m²). Quanto ao tema TELEFONIA, teve a Meta - Em 2021, reduzir 25% dos custos dos serviços de telefonia com relação ao ano de 2015 – também cumprida, apresentando uma redução de R\$ 92.512,40 (41,3%) do Valor Gasto em 2021, em relação ao mesmo período de 2015; já em relação a 2020, houve um pequeno aumento de R\$ 462,79 (0,4%),



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

considerando o total do valor gasto. Nesse tocante, Adriana Feire salientou a importância de se analisar o gasto relativo, ou seja, o gasto em função do número de linhas, e nesse aspecto houve uma significativa redução de 50% no gasto médio com Telefonia Móvel, haja vista que em 2020 seu gasto relativo era R\$ 53,78 (média), passando a ser R\$ 27,01 em 2021. Salientou ainda que o TRT6 contava com 50 linhas móveis e a partir de set/2020 passou a ter 122 dessas linhas, por isso, a ponderação para obter, inclusive, uma média nos gastos de 2020.

Prosseguindo, falou que quanto aos Serviços Postais, houve uma redução de R\$ 454.032,81 (51,1%) dos gastos em 2021 em relação ao mesmo período (jan a jun) de 2015, cumprindo a Meta estabelecida - Em 2021, reduzir 42% dos custos com serviços postais com relação ao ano de 2015. Todavia, em relação a 2020 houve um aumento de R\$ 201.581,57 (86,4%) dos gastos em 2021. Contudo, a chefe do Setor de Gestão Socioambiental ressaltou a necessidade de se analisar o gasto em função do número de unidades usuárias, mostrando que houve uma pequena variação, uma vez que em 2020 esse gasto relativo ficou em R\$ 822,71 com uma média de 44 unidades usuárias e em 2021 foi de R\$ 847,55 com uma média de 85 unidades usuárias, ratificando que teve que estabelecer alguns critérios e ponderações dadas as particularidades quanto ao cômputo em relação às unidades usuárias, a exemplo da implantação do e-Carta em set/2020 e de a Sede do Tribunal sempre ter sido contada como uma única unidade devido à fatura consolidada. Pontuou ainda os benefícios do e-Carta, com maior número de unidades judiciárias atendidas, com a eliminação de determinadas tarefas meramente operacionais, realizadas por servidores e servidoras; e com a economia de recursos materiais como papel, suprimentos de impressão, envelopes, etc.

Continuando, Adriana Freire passou a falar do tema Combustíveis, cujo consumo total em 2021 representou uma diminuição de 19.193 (45,9%) litros em relação a 2015, cumprindo em muito a Meta estabelecida no PLS - Em 2021, redução de 5% do consumo (l) em relação a 2015. Expôs que em relação a 2020, houve um aumento de 2.523 litros (12,6%) no consumo de combustíveis (gasolina e diesel), o que deve ter acontecido em virtude do retorno gradual das atividades do Tribunal. Depois foi a vez dos resultados relativos ao consumo de PAPEL A4, tema de Meta mais expressiva - Em 2021, redução de 60% do consumo de papel A4 em relação a 2015 -, que apresentou uma redução de 8.672 resmas (89%) em 2021 em relação ao mesmo período de 2015 - cumprindo-se também a Meta; já em relação a 2020 houve uma redução de 376 resmas (25,6%). Aos resultados do consumo de PAPEL A4, fez referência à melhor adaptação das pessoas ao PJe, implantado em 2011; assim como à utilização do Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), implantado inicialmente na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGEP) em 2016, e também ao



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

expressivo aumento do trabalho remoto, ocorrido em 2020 e 2021, em razão da Pandemia do COVID.

Registrou que sua apresentação seria disponibilizada na página Socioambiental, onde podem ser encontrados o Plano de Logística Sustentável (PLS-TRT6), os Resultados Anuais dos Indicadores e Demonstrativos; Ações e Projetos, Editais, Acordos e Parcerias, Relatórios e Estudos, Normativos, Guias e Manuais e Orientações, e uma de série de outras informações e documentos relacionados à Sustentabilidade. Em seguida, apresentou ações de cunho Socioambiental realizadas no decorrer de 2021, tais como a implantação do Sistema de Energia Solar nas Varas de Araripina, Salgueiro e Serra Talhada; substituição de lâmpadas pelo tipo na LED na Sede e na Imbiribeira, incluindo a descontaminação gratuita das lâmpadas trocadas e do passivo existente no Tribunal, por meio do Projeto da CELPE; a campanha de Páscoa com doação de kits de higiene para a Comunidade do Pilar e aos Jovens Aprendizes do Tribunal; a campanha de vacinação contra gripe H1N1 com arrecadação de alimentos para doação ao Lar Batista de Anciãos; o apoio ao projeto "Anjos da Noite" por meio de apresentação da Orquestra Alto da Mina, projeto apoiado Tribunal; a doação de equipamentos de informática e outros bens ao Município de Moreno e a UFPE; a doação de 90 CPUs que estavam sem uso à UPE e ao 10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado do Exército Brasileiro; a habilitação de Cooperativas para a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos; a inauguração do Memorial da JT; mencionando ainda o constante monitoramento feito pelas unidades quanto ao consumo e gastos, com o gerenciamento dos contratos e a manutenção preventiva.

Antes de finalizar, Adriana Freire relatou a visita feita à COOPMARE/Cooperativa Curcuruna (Jaboatão) no dia anterior, em companhia do Coordenador de Engenharia da Manutenção, Benuval Figueira, e do chefe da Seção de Bens de Consumo, Eudes Angelo, enfatizando a importância de se ter cooperativas sérias, que beneficiam os catadores fazendo o correto rateio aos cooperados, e que, de fato, geram renda aos catadores. Acrescentou que agora poderão fazer muito mais em relação à Coleta Seletiva e Gestão de Resíduos. Encerrou, então, a sua apresentação, agradecendo a todos e a todas pela atenção.

4. Levantamento Iniciativas Estratégicas

A Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, informou que atualmente, o TRT6 está realizando mais uma etapa do Plano Estratégico do TRT6 com a construção do portfólio de iniciativas estratégicas.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Essa etapa consiste no levantamento de iniciativas que irão contribuir para a execução da estratégia do Tribunal que têm como objetivo alavancar o alcance dos objetivos estratégicos.

O levantamento está sendo realizado por meio de processo participativo com a finalidade de envolver todos os magistrados e servidores na execução da estratégia. O Tribunal quer ouvir as opiniões e sugestões e para isso foi disponibilizado questionário eletrônico encaminhado para todos os magistrados e servidores.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica realizou encontro com os grupos de servidores das áreas administrativa e judiciária do Tribunal, nos dias 22 e 24 de setembro, respectivamente, apresentando o Plano Estratégico do TRT6 e prestando orientações para o preenchimento das sugestões.

Elisabete Duarte ressaltou a importância de participação e colaboração de todos e todas para enriquecer esse processo de levantamento de iniciativas.

5. Encerramento

Finalizando a Reunião de Análise da Estratégia, a Desembargadora Maria Clara Saboya destacou que na forma adotada de gestão descentralizada e com confiança, os resultados estão latentes, a estratégia vem apresentando resultados interessantes e positivos. Acrescentou que vem se reunindo frequentemente com sua equipe para esse acompanhamento e em busca de melhores resultados.

Quanto à questão da economia, salientou que o Tribunal está com o projeto de ampliação da utilização de energia solar e na busca incansável de economia e redução de despesa.

Ressaltou que a administração vem atuando intensamente junto da 1ª instância, sendo esse o maior foco da sua gestão. Acrescentou, no aspecto, que esse trabalho vem sendo realizado em conjunto e com grandes parcerias, percebendo-se o engajamento de todos em busca dos bons resultados.

Destacou a importância de confiar e investir nos servidores, valorizando o trabalho que está sendo desempenhado. Parabenizou a todos e ao final, agradeceu aos Desembargadores, Magistrados e Servidores que estão junto apoiando essa administração.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

A Desembargadora Presidente do TRT da 6ª Região aprova e assina a respectiva ata.

MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO
Desembargadora Presidente do TRT da 6ª Região

Coordenação da Reunião
ELISABETE DUARTE DE SOUSA ALVES
Coordenadora de Gestão Estratégica